

No VI Fórum Nacional, há poucos dias realizado no Rio de Janeiro, desenhou-se a imagem de um Brasil com muita vitalidade e em rápido processo de mudanças, embora ainda permaneça economicamente complicado, socialmente desigual e politicamente confuso. E emergiu o consenso de que as atuais prioridades do desenvolvimento nacional são a estabilização (precondição para o crescimento sustentado com reestruturação produtiva e mais ampla inserção internacional), o combate à pobreza (com vistas a maior equilíbrio social via redistribuição dinâmica de renda) e a reformulação do Estado e do sistema político (como requisito da governabilidade eficaz).

Esses objetivos, se gradual e continuamente alcançados, comporiam o que Sérgio Abranches chamou, em seu competente exercício de prospectiva apresentado no início do Fórum, cenário Travessia, politicamente operado por um novo presidencialismo de coalizão, ainda que herdeiro da velha moda brasileira.

O Fórum Nacional, iniciativa do Instituto Nacional de Altos Estudos — Inae —, dirigido pelo ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso, vem, desde 1988, ensejando relevantes debates dos problemas centrais da atualidade brasileira, de que sempre resultam propostas objetivas de políticas e de estratégias de desenvolvimento.

Entidade não-governamental, aberta e pluralista, o Fórum reúne anualmente conhecidos economistas, sociólogos e cientistas políticos, além de senadores e deputados, de diversas tendências ideológicas, e de expressivas lideranças empresariais, sindicais e religiosas. Especialmente convidados, participam dessas reuniões ministros de Estado e outros altos executivos públicos, dirigentes de organismos internacionais e professores de universidades estrangeiras com interesse no Brasil.

O tema básico do VI Fórum Nacional foi **Modernidade e pobreza: a construção da modernidade econômico-social no Brasil**, tratado em seu painel principal. A reunião de 1994, contudo, como as dos anos anteriores, abordou, nos demais painéis, outros assuntos: (1) a conjuntura e as perspectivas econômicas; (2) a competitividade industrial sistêmica e os novos pólos de desenvolvimento; (3) as alternativas da inserção internacional do País; (4) a questão da violência urbana; (5) a situação política.

Esses temas aparentemente des-



A ESFERA PRIVADA REVELA GRANDE PODER DE TRANSFORMAÇÃO, EMBORA CONFRONTADA COM LONGA E GRAVE CRISE DO ESTADO.

conexos compuseram, quando vistos em conjunto, quadro articulado da sociedade brasileira, com a esfera privada revelando grande poder de transformação econômica, social e política, embora confrontada com longa e grave crise do Estado. Crise que afeta dramaticamente seu processo decisório, bem como sua capacidade de dar sentido e direção à vida nacional e de gerir os negócios públicos.

A vitalidade da esfera privada da sociedade manifestou-se no dinamismo econômico de 1993 (com perspectivas de prolongar-se, quanto atenuado, em 1994) que se depreendeu das análises de conjuntura apresentadas pelas equipes do Ipea e da CNI; no grande avanço do processo de reestruturação produtiva, particularmente industrial, que incorpora os padrões tecnológicos e gerenciais necessários à competitividade (destacado por Luciano Coutinho); em inserção internacional mais ampla e dinâmica (assunto a que se dedicou todo um painel); nos novos pólos regionais de desenvolvimento que revelam tendência para desconcentração espacial da produção (analisados por Paulo Haddad e Lena Lavinas); na capacidade de organização da sociedade e na ampliação do grau de sua participação político-eleitoral (em geral ressaltados pelos cientistas políticos, pelos congressistas e pelas lideranças religiosas e sindicais).

O contraponto a essas transformações é um Estado sem condições de atender as demandas mais elementares da sociedade: de dotar o País de uma moeda estável; de assegurar democraticamente, com sua

presença efetiva, a lei e a ordem como condição do exercício da cidadania (a violência urbana e o crime organizado, examinados, em painel especial, por Alba Zaluar, em parte resultam de poderes paralelos que proliferam nas periferias metropolitanas na ausência do Estado); de prestar à população, sobretudo aos mais pobres, os serviços sociais básicos (educação, saúde, previdência e assistência social). Ou seja, um Estado — trata-se principalmente da União — desprovido dos meios para bem governar, seja porque não foi capaz de formular um novo projeto nacional e de nele inserir sua atuação (como observou Luciano Martins), seja porque sofre de paralisia decisória (no dizer de Bolívar Lamounier), seja por fragilidade operacional (como ressaltou Wanderley Guilherme dos Santos).

Não foi, pois, por acaso que as recomendações apresentadas e discutidas no VI Fórum Nacional, partindo da concepção de um novo modelo de desenvolvimento, centraram-se quase todas na questão do Estado, tanto em seu fortalecimento institucional quanto na natureza de suas relações com a esfera da sociedade.

O novo modelo de desenvolvimento (proposto em 1993, no V Fórum, por João Paulo dos Reis Velloso) objetiva a construção, no País, da “modernidade triplíce”, indissociadamente econômica, social e política, e contempla crescimento econômico com mais equidade e com o aperfeiçoamento das instituições políticas.

Corolário do modelo, destacado no painel central do VI Fórum, é que não há modernidade possível

com a alta incidência de pobreza prevalente no País. Por outro lado, observou-se que, embora no passado o crescimento tenha-se revelado eficaz na redução da pobreza, sobretudo da urbana, não existe política econômica socialmente neutra, cabendo às ações públicas antipobreza habilitar os pobres para inserção produtiva que lhes proporcione, como mínimo indispensável, renda suficiente ao atendimento de suas necessidades fundamentais. As chaves para que essa inserção se produza são a educação básica e a qualificação profissional, alcançadas concomitantemente à criação, através do crescimento, de novas oportunidades de trabalho.

Porém, o crescimento torna-se instável e volátil na ausência de estabilidade econômica, a qual pressupõe, como salientaram Mario Henrique Simonsen e Affonso Celso Pastore, equilíbrio das contas públicas e, sobretudo, políticas monetária e cambial compatíveis, geridas com grande independência e habilidade.

Esses os dois principais desafios que o VI Fórum Nacional viu a sociedade reiteradamente fazendo ao Estado. Os pressupostos considerados essenciais para que esses desafios sejam efetivamente enfrentados são: (a) um sistema político capaz de exprimir as demandas sociais relevantes e de processar/articular decisões decorrentes (inclusive a decisão relativa ao projeto nacional) e (b) um governo capaz de gerenciar/coordenar sua execução.

Costuma-se dizer que o povo tem o governo que merece — como se povo e governo vivessem um perverso e imobilizante jogo de espelhos. As coisas não se passam bem assim, nem no Brasil nem em parte alguma. No passado o Estado brasileiro caminhou adiante de sua sociedade, inclusive liderando a modernização nacional. Hoje, porém, o oposto parece estar ocorrendo: a sociedade passou à frente. Quer reinstaurar o seu Estado. Quer que ele seja a **res pública**. Quer sistema político processando agilmente a boa decisão. Quer governo eficaz.

O AUTOR

Roberto Cavalcanti de Albuquerque é ex-secretário de Planejamento da Sepplan

